



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **Prêmios auferidos:** Os prêmios emitidos líquidos da Companhia totalizaram no exercício de 2011 R\$ 1.069,5 milhões, aumento de R\$ 77,6 milhões ou 7,8% em relação aos R\$ 991,9 milhões no exercício de 2010. **Investimentos:** A Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 6,2 milhões em 2011. Do total investido, principalmente, R\$ 4,6 milhões foram destinados a equipamentos de rastreamento de veículos, e R\$ 1,6 milhão foi destinado a equipamentos, sistemas de informática e outros investimentos. **Despesas administrativas e com tributos:** As despesas administrativas totalizaram em 2011 R\$ 82,0 milhões, com um aumento de R\$ 14,9 milhões ou 22,2% sobre o montante de R\$ 67,1 milhões em 2010. Apesar deste aumento, a relação despesas administrativas sobre prêmios ganhos representou 7,8%, a mesma relação percentual verificada em 2010. As despesas com tributos totalizaram em 2011 R\$ 25,4 milhões, com um aumento de R\$ 8,3 milhões ou 48,5% sobre o montante de R\$ 17,1 milhões em 2010. **Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram em 2011 R\$ 129,6 milhões, com um aumento de R\$ 29,0 milhões, ou 28,8% em relação aos R\$ 100,6 milhões em 2010 devido a: as receitas com aplicações financeiras totalizaram em 2011 R\$ 75,2 milhões com um aumento de R\$ 23,9 milhões, ou 46,5% em relação aos R\$ 51,3 milhões em 2010, que decorre do aumento da taxa efetiva para 11,81% em 2011 em relação aos 9,89% em 2010 e pelo aumento de 21,8% nas aplicações financeiras médias para R\$ 664,9 milhões em 2011, em relação aos R\$ 545,6 milhões em 2010. As despesas financeiras totalizaram em 2011 R\$ 7,3 milhões com um aumento de R\$ 2,1 milhões, ou 40,3% em relação aos R\$ 5,2 milhões em 2010. **Índice combinado:** O

índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, custo de aquisição, despesas administrativas e despesas com tributos, sobre prêmios ganhos), em 2011 foi de 108,1%, aumento de 8,8 pontos percentuais em relação aos 99,3% do ano anterior. Este aumento decorre, principalmente, do aumento de 8,3 pontos percentuais no índice de sinistralidade para 77,8% em 2011, em relação aos 69,5% do ano anterior, do aumento de 0,4 pontos percentual nas despesas com tributos, elevando o índice de despesas administrativas e com tributos para 10,2% em 2011, em relação aos 9,8% do ano anterior, e do aumento de 0,2 pontos percentual no índice de custo de aquisição, para 20,2% em 2011, em relação aos 20,0% do ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2011 foi de 96,5%, aumento de 8,2 pontos percentuais em relação aos 88,3% do ano anterior. **Lucro líquido:** O lucro líquido do exercício totalizou em 2011 R\$ 59,8 milhões, registrando uma redução de 31,3% sobre R\$ 87,1 milhões obtidos em 2010. O lucro por ação foi de R\$ 3,32 em 2011, com redução de 31,5% sobre R\$ 4,85 em 2010. **Distribuição de dividendos:** De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **Perspectivas:** O ano de 2011 foi marcado por incertezas no cenário internacional, em especial na economia européia, que não prevê uma recuperação no curto prazo, resultando numa contração acentuada do Produto Interno Bruto (PIB) da região no início de 2012. Nos EUA, os sinais que sugeriam uma retomada mais vigorosa da atividade ao longo do 2º e 3º trimestres de 2011 não têm se sustentado neste final de ano. Além dos problemas internos, as incertezas decorrentes da crise européia deprimem a confiança de indivíduos e empresas, afetando negativamente o potencial de crescimento do consumo e dos investimentos. Com isso, a perspectiva para 2012 é de

crescimento ainda abaixo do potencial para a economia norte-americana, estimado ao redor de 2,5%. Oscilações ao longo dos próximos trimestres, ora sugerindo maior vigor, ora indicando menor tração da economia, devem marcar o próximo ano nos EUA. A crise internacional, combinada à estabilidade econômica interna, tem levado muito a considerar o Brasil como o país das oportunidades. O PIB do 4T11 deverá registrar um crescimento de 0,2%, apresentando uma leve recuperação em relação ao número observado no trimestre anterior. Com isso, estima-se em 2,7% o crescimento do PIB anual em 2011, sendo que o crescimento acumulado nos três primeiros trimestres foi de 3,2% quando comparado ao mesmo período de 2010. Reiteramos a estratégia: (i) atenção da Companhia na subscrição, na gestão dos riscos e nas oportunidades; (ii) manter os esforços concentrados na modernização de processos operacionais e de gestão; (iii) fortalecimento do relacionamento com os corretores e (iv) permanente busca de inovações tecnológicas, que alteram a todo instante as formas de relacionamentos com clientes, corretores, investidores, governos e comunidade em geral. Portanto, a Companhia dará continuidade à busca de crescimento com lucratividade, mantendo subscrições conservadoras por meio de linhas de produto lucrativas em áreas geográficas favoráveis, mantendo os investimentos e a qualificação dos processos de atendimentos a corretores e clientes e a gestão de custos administrativos. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP e ao IRB - Brasil Resseguros S.A.
Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2012
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2011	2010		2011	2010
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	1.138.931	1.046.396	Circulante	886.041	866.397
Disponível	6.515	4.969	Contas a pagar (Nota 15)	84.267	127.791
Caixa e bancos (Nota 5)	6.515	4.969	Obrigações a pagar	25.978	45.089
Equivalentes de caixa (Nota 5)	182.011	104.679	Impostos e encargos sociais a recolher	21.854	22.401
Aplicações (Nota 6)	506.425	476.853	Encargos trabalhistas	1.826	1.650
Créditos das operações com seguros e resseguros	273.976	285.817	Impostos e contribuições	32.739	56.928
Prêmios a receber (Nota 7)	257.860	268.855	Outras contas a pagar	1.870	1.723
Operações com seguradoras	11	6	Débitos de operações com seguros e resseguros	68.378	61.640
Operações com resseguradoras	502	476	Prêmios a restituir	44	8
Outros créditos operacionais	15.603	16.480	Operações com seguradoras	205	205
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.298	4.405	Operações com resseguradoras	943	996
Títulos e créditos a receber	36.551	56.157	Corretores de seguros e resseguros (Nota 16)	31.851	32.433
Títulos e créditos a receber (Nota 8.1)	389	937	Outros débitos operacionais	35.335	27.998
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8.2)	35.794	54.800	Depósitos de terceiros (Nota 17)	3.298	4.403
Outros créditos (Nota 8.4)	368	420	Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	728.719	671.251
Outros valores e bens (Nota 9)	36.186	21.666	Danos	724.339	666.903
Bens à venda	36.108	21.037	Pessoas	4.380	4.348
Outros valores	78	629	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)	1.379	1.312
Despesas antecipadas	671	559	Planos bloqueados	1.379	1.312
Custos de aquisição diferidos (Nota 10)	95.298	91.291	Não circulante	91.361	87.775
Seguros	95.298	91.291	Contas a pagar	8.474	6.483
Não circulante	158.420	185.329	Obrigações a pagar	1.418	1.070
Realizável a longo prazo	118.026	141.972	Tributos diferidos (Nota 15.6)	6.996	5.353
Aplicações (Nota 6)		29.461	Outras contas a pagar	60	60
Títulos e créditos a receber	117.971	112.511	Outros débitos a pagar	82.887	81.291
Títulos e créditos a receber (Nota 8.1)	209	213	Provisões Judiciais (Nota 20)	82.887	81.291
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8.2)	32.990	31.309	Provisões Técnicas - Seguros		1
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 8.3)	83.438	79.663	Danos		1
Outros créditos operacionais (Nota 8.4)	1.334	1.326	Pessoas		
Despesas antecipadas	55		Patrimônio Líquido (Nota 21)	319.949	277.553
Investimentos	10.851	10.985	Capital social	150.000	100.000
Participações societárias (Nota 11)	1.970	1.975	Reserva de capital	14.323	14.323
Imóveis destinados à renda (Nota 12)	8.881	9.010	Reserva de reavaliação	3.835	4.423
Imobilizado (Nota 13)	28.986	31.772	Reserva de lucros	151.791	158.807
Imóveis de uso próprio	15.758	8.326			
Bens móveis	12.455	22.627			
Outras imobilizações	773	819			
Intangível (Nota 14)	557	600			
Outros intangíveis	557	600			
Total do ativo	1.297.351	1.231.725	Total do passivo e patrimônio líquido	1.297.351	1.231.725

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2011	2010
Prêmios emitido líquido	1.069.586	991.956
Variações das provisões técnicas de prêmios	(14.939)	(130.275)
Prêmios ganhos (Nota 23)	1.054.647	861.681
Receita com emissão de apólices	97.119	76.496
Sinistros ocorridos (Nota 24)	(820.267)	(599.261)
Custo de aquisição (Nota 25)	(212.706)	(172.715)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 26)	(32.319)	(29.616)
Resultado com resseguro	(2.042)	1.798
Receita com resseguro	(2.042)	3.211
Despesa com resseguro	-	(1.413)
Despesas administrativas (Nota 27)	(82.007)	(67.174)
Despesas com tributos (Nota 28)	(25.409)	(17.191)
Resultado financeiro (Nota 29)	122.380	95.388
Resultado patrimonial	2.751	2.198
Resultado operacional	102.147	151.604
Ganhos com ativos não correntes	99	(149)
Resultado antes dos impostos e participações	102.246	151.455
Imposto de renda (Nota 8)	(20.805)	(33.170)
Contribuição social (Nota 8)	(12.143)	(19.666)
Participações sobre o resultado	(9.495)	(11.420)
Lucro líquido do exercício	59.803	87.199
Quantidade de ações	17.990.140	17.990.140
Lucro líquido por ação básico e diluído	3,32	4,85
Lucro líquido do exercício	59.803	87.199
Outros Componentes do resultado abrangente		
Ajuste a valor justo de aplicações		131
Total do resultado abrangente do exercício	59.803	87.330

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajustes TVM (131)	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2009	79.000	14.323	4.517	9.551	107.367	(131)	-	214.627
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do capital com reserva de lucros e conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária em 31 de março de 2010	21.000	-	-	-	(21.000)	-	-	-
Ajustes patrimoniais	-	-	-	-	(647)	-	-	(647)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	94	94
Realização parcial por depreciação	-	-	(94)	-	-	-	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	131	-	131
Dividendos complementares	-	-	-	-	(1.404)	-	-	(1.404)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	87.199	87.199
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	4.360	-	-	(4.360)	-
Dividendos complementares - R\$ 0,64 por ação	-	-	-	-	-	-	(11.553)	(11.553)
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,60 por ação ordinária (R\$ 0,36 líquido de IR)	-	-	-	-	-	-	(10.800)	(10.800)
Reserva estatutária	-	-	-	-	60.580	-	(60.580)	-
Em 31 de dezembro de 2010	100.000	14.323	4.423	13.911	144.896	-	-	277.553
Aumento do capital com reservas de lucros e conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2011	50.000	-	-	-	(50.000)	-	-	-
Ajustes patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 32)	-	-	(491)	-	-	-	(385)	(876)
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	97	97
Realização parcial por depreciação	-	-	(97)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	59.803	59.803
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	2.990	-	-	(2.990)	-
Dividendos complementares - R\$ 0,03 por ação	-	-	-	-	-	-	(531)	(531)
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,89 por ação ordinária (R\$ 0,53 líquido de IR)	-	-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
Reserva estatutária	-	-	-	-	39.994	-	(39.994)	-
Em 31 de dezembro de 2011	150.000	14.323	3.835	16.901	134.890	-	-	319.949

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

* continuação



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)	2011		2010	
Atividades operacionais				
Recebimentos de prêmios de seguro	1.247.224	1.040.871		
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	104.185	77.234		
Pagamentos de sinistros e comissões	(1.024.291)	(761.293)		
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(128.752)	(88.565)		
Pagamentos de despesas e obrigações	(57.722)	(36.649)		
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(206)	(266)		
Outros pagamentos operacionais	(10.275)	(9.424)		
Recebimentos de juros e dividendos	288	113		
Constituição de depósitos judiciais	(1.100)	(2.523)		
Pagamentos de participações nos resultados	(8.161)	(5.516)		
Caixa gerado pelas operações	121.190	213.982		
Impostos e contribuições pagos	(90.157)	(100.779)		
Investimentos financeiros				
Aplicações	(378.289)	(268.349)		
Vendas e resgates	370.960	182.103		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.704	26.957		
Atividades de investimento				
Pagamento pela compra de ativo permanente imobilizado	(6.275)	(15.731)		
Recebimento pela venda de ativo permanente imobilizado	117	173		
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(6.158)	(15.558)		
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos	(16.000)	(12.204)		
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(16.000)	(12.204)		
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.546	(805)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.969	5.774		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.515	4.969		
Ativos livres no início do exercício	162.004	128.169		
Ativos livres no final do exercício	162.662	162.004		
Aumento (redução) das aplicações financeiras - Recursos livres	658	33.835		
Conciliação entre o lucro líquido do exercício e caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais				
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	59.803	87.199		
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	2.527	1.384		
Receita com aplicações financeiras	(75.274)	(51.872)		
Resultado patrimonial	2	(32)		
Outros resultados operacionais	6.592	6.224		
	(6.350)	42.903		
Variações de ativos e passivos				
Aplicações financeiras	(2.169)	(73.959)		
Créditos das operações com seguros e resseguros	11.841	(87.297)		
Ativos de resseguro	3.107	270		
Títulos e créditos a receber	14.146	(18.503)		
Outros valores e bens	(14.520)	(5.241)		
Despesas antecipadas	(167)	(43)		
Custos de aquisição diferidos	(4.007)	(24.468)		
Contas a pagar	(42.940)	14.433		
Débitos de operações com seguros e resseguros	6.738	20.051		
Depósito de terceiros	(1.105)	1.366		
Provisões técnicas - seguros	57.534	153.330		
Outros passivos contingentes	1.596	4.115		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	23.704	26.957		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais,
exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações e tem por objeto social a exploração das operações de seguros de danos e de pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na legislação vigente.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias "disponível para a venda" e "avaliados ao valor justo por meio do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para contingências judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente. (vide nota 3).

2.2 Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)	2011		2010	
Receitas	1.219.661	1.103.149		
Receitas com operações de seguros	1.069.585	991.955		
Outras	147.767	111.932		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	2.309	(739)		
Variação das provisões técnicas	(14.939)	(130.275)		
Operações de seguros	(14.939)	(130.275)		
Receita líquida operacional	1.204.722	972.874		
Benefícios e sinistros	(822.302)	(596.057)		
Sinistros	(822.302)	(596.057)		
Insumos adquiridos de terceiros	(344.982)	(271.392)		
Materiais, energia e outros	(127.481)	(83.503)		
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(221.532)	(212.368)		
Variação das despesas de comercialização diferidas	4.031	24.479		
Valor adicionado bruto	37.438	105.425		
Retenções				
Depreciação	(2.554)	(1.383)		
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	34.884	104.042		
Valor adicionado recebido em transferência	129.735	100.635		
Receitas financeiras	129.681	100.603		
Resultado de equivalência patrimonial	54	32		
Valor adicionado a distribuir	164.619	204.677		
Distribuição do valor adicionado	164.619	204.677		
Pessoal e encargos	34.990	37.775		
Remuneração direta	16.460	17.375		
Benefícios	17.207	18.916		
FGTS	1.323	1.484		
Impostos, taxas e contribuições	62.016	73.932		
Federais	61.754	73.082		
Estaduais	145	696		
Municipais	117	154		
Remuneração de capital de terceiros	7.810	5.771		
Juros	7.301	5.215		
Aluguéis	509	556		
Remuneração de capitais próprios	59.803	87.199		
Dividendos e Juros Capital próprio	16.531	22.353		
Lucros retidos	43.272	64.846		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Seguros Privados (SUSEP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e SUSEP, segundo critérios estabelecidos pelos planos de contas instituídos pela Circular CNSP nº 424/11, e de acordo também com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que não contrariam as disposições contidas nesta Circular.

Conforme orientação da SUSEP foram instituídas alterações na contabilização e nas demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. As principais alterações introduzidas foram:

(i) A forma de contabilização de prêmios de resseguro cedido e de provisão de prêmios não ganhos de resseguro. Até a emissão da Circular CNSP nº 424/11, os prêmios de resseguro cedido e a provisão de prêmios não ganhos de resseguro eram reconhecidos brutos de resseguro, a partir de janeiro de 2011 passaram a ser contabilizados líquidos da comissão de resseguro e de despesas de comercialização diferidas de resseguro cedido, respectivamente.

(ii) As antecipações de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), anteriormente contabilizadas no grupo "Impostos e contribuições" - passivo, passaram a ser contabilizadas no grupo "Créditos tributários e previdenciários" - ativo.

(iii) As receitas com emissão de apólices, anteriormente contabilizadas no grupo "Outras receitas operacionais", passaram a ser contabilizadas no grupo específico "Receitas com taxas de emissão de apólices".

(iv) As operações de resseguro, passaram a ser contabilizadas em grupo específico na demonstração de resultado em "Resultado com operação de resseguros". As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010 foram ajustadas para fins de comparação.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são avaliados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a sociedade opera (a moeda funcional da sociedade). Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda e a maior parte do custo de seus produtos e serviços. As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. No caso desta última, durante o período de divulgação não existiam ativos financeiros classificados nessa categoria. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado na data inicial de sua aquisição.

A Companhia classifica, nesta categoria, os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é a de manter negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos desta categoria são, em geral, classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrerem.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem prêmios a receber de segurados, ativos de resseguro e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide nota 2.6(a)).

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo seu valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. Dividendos recebidos de investimentos em ações, quando classificados nesta categoria, são reconhecidos no resultado do exercício quando o direito de recebimento do dividendo é estabelecido para a Companhia.

A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes com títulos e valores mobiliários", sendo realizada contra resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente no balanço (vide nota 2.6(b)).

(b) Determinação de valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

2.6 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado

(Incluindo prêmios a receber de segurados)

A Companhia avalia, a cada data de balanço, se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou grupo de ativos) esteja deteriorado ou "*impaired*".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado (*impaired*), a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Companhia utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- base histórica de perdas e inadimplência;
- quebra de contratos como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Se a Companhia considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja deteriorado, ela inclui esse ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e considera esse ativo juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base agrupada.

Para o cálculo agrupado de *impairment* a Companhia agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (por exemplo, *ratings* internos, segmento econômico ou tipos de contrato de seguro e outros para avaliação de prêmios a receber) na qual utiliza uma outra metodologia conhecida como *Roll Rate Model* para estabelecimento dos percentuais de perdas históricas por meio da análise de coleta de caixa com base em um período de observação limitado a 12 meses até que todos os esforços de recebimento sejam efetuados em última instância. Essas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa dos grupos avaliados.

Os ativos individualmente significativos que são avaliados por *impairment* em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de *impairment* agrupado. A Companhia designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria, e os estudos econômicos de perda realizados consideram emissões feitas em períodos anteriores e eliminam eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. No caso de investimentos em instrumentos de capital (ações) a Companhia avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Perdas por *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do exercício não são revertidas em exercícios subsequentes. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo

continua *



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de publicação.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos pela Companhia foram designados na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Adicionalmente, a Companhia efetua uma análise de todos os contratos de serviços, instrumentos financeiros, contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Quando um derivativo embutido é identificado, a Companhia primeiramente estima se o instrumento principal (ou contrato principal, "host contract") é avaliado ao valor justo de mercado (no qual o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). Caso o instrumento não seja avaliado ao valor justo (instrumentos avaliados ao custo amortizado), a Companhia analisa se o derivativo embutido atende à definição de um derivativo segundo o CPC 38 e se o derivativo embutido é economicamente relacionado ao contrato principal (caso em que o derivativo embutido não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor de mercado). Caso o derivativo embutido não seja economicamente relacionado ao contrato principal, o derivativo embutido é contabilizado separadamente e avaliado ao valor justo a cada data de balanço.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são avaliados ao seu valor justo no seu reconhecimento inicial e na sua avaliação subsequente, com mudanças no valor justo registradas imediatamente no resultado do exercício.

Durante o período de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos e não identificou contratos com a existência de derivativos embutidos.

2.8 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazos, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Companhia acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício. Conforme permitido pelo CPC 11, a Companhia utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que haja evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.8). Consequentemente, as perdas por *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros. Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores.

2.9 Custo de aquisição diferido (DAC)

As comissões e os outros custos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices ou com a estimativa de permanência dos segurados e são refletidos no saldo da rubrica "Custo de Aquisição Diferido".

2.10 Ativos intangíveis

(a) Marcas e Patentes

Os gastos relacionados a marcas e patentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil definida.

(b) Softwares

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- Pode ser vendido ou usado.
- Gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Outros gastos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em períodos subsequentes.

Os custos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos, e são alocados às suas respectivas Unidades Geradoras de Caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Companhia.

2.11 Propriedades imobiliárias de investimento

Ativos imobiliários (prédios e terrenos) que não são classificados como propriedades de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda são classificados como propriedades imobiliárias de investimento, segundo o CPC 28. Os imóveis de investimento são avaliados ao custo

de aquisição reduzido por depreciação. Esses ativos imobiliários compreendem propriedades que são alugadas a terceiros e classificadas, segundo o CPC 06, como um leasing operacional.

Como a Companhia utiliza o modelo de custo permitido pelo CPC 28 para imóveis de investimento, esses ativos são avaliados por *impairment* e alocados às suas respectivas Unidades Geradoras de Caixa, segundo o CPC 01 (vide política contábil 2.6(c)).

2.12 Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico (terrenos e edifícios são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas em 22 de dezembro de 2006 por peritos independentes). O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos que não são depreciados) até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico desse ativo compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos (os terrenos não são depreciados). As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota 13.

O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.13 Ativos não financeiros mantidos para a venda

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda como estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável líquido das despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo.

Quando a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos (TAP) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa (vide política contábil 2.15.2).

2.14 Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos de seguro e financeiro ou ambos. A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Na data de reporte a Companhia não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários da própria Companhia para prestação de serviços, como serviços a residências e automóveis, assistência 24 horas, vidros, entre outros riscos, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as partes do contrato.

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro são classificados como ativos financeiros.

2.15 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

2.15.1 Passivos de contratos de seguro

A Companhia utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, entre outras políticas aplicáveis.

A Companhia não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Companhia não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: **Seguros de ramos elementares (automóvel, patrimonial, etc.), vida em grupo e acidentes pessoais**

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo, para os seguros de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, líquida dos ajustes do cosseguro. É constituída provisão adicional para sinistros a liquidar (IBNER) com o objetivo de estimar os valores dos ajustes que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos respectivos processos de análise. Essa provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico de

sinistros, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros e ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora, e é calculada com técnicas estatísticas e atuariais, com base no comportamento histórico observado entre a ocorrência do sinistro e o seu aviso, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros e/ou as coberturas de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução CNSP nº 192/08 e alterada pela Resolução CNSP nº 215/10.

(e) A Provisão de Oscilação de Riscos (POR) é constituída com o objetivo de reduzir os impactos nas taxas de risco, em decorrência de sinistros atípicos e vultosos, nos seguros empresariais, residenciais e condominiais. Essa provisão é calculada com base na metodologia prevista em NTA.

(f) A Provisão Complementar de Prêmios (PCP) é constituída mensalmente com o objetivo de complementar a PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, em acordo com a legislação vigente. Sua estimativa é feita por ramo e tem como base de cálculo as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. O valor da provisão será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída, para os seguros de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais.

(g) A Provisão de Despesas Administrativas (PDA) é constituída com o objetivo de cobertura de déficit administrativo, com base nos recursos originados dos resultados administrativos apurados mensalmente do convênio DPVAT.

2.15.2 Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11 e disposto da Circular SUSEP nº 410/2010, em cada data de balanço a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros que incluem custos de aquisição diferidos. Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados por similaridades (ou características de risco similares). Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco.

Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.

Alguns contratos permitem que a Companhia adquira a titularidade sobre o ativo ou o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). A Companhia também tem o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Consequentemente, estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídos como um redutor na avaliação (estimativa do fluxo de pagamentos dos contratos de seguros) e, consequentemente, na execução dos testes de adequação dos passivos. Quando o ativo é recuperado em data subsequente à ocorrência do sinistro, a Companhia classifica o ativo na categoria de "bens a venda", com avaliação ao valor justo deduzido dos custos de venda do ativo para colocação do ativo em condições de uso por terceiros. Para os ramos de risco decorrido, a Companhia leva em consideração os prêmios ganhos observados, para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo. Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os exercícios apresentados.

2.16 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente é reconhecido segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para esse cálculo, em casos onde os passivos financeiros não apresentam uma taxa de juros predeterminada (ou explícita no contrato), a Companhia utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência que seria cobrada hipoteticamente por uma instituição bancária no mercado, para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Companhia para esse propósito. Durante o período de divulgação não existiam passivos financeiros.

2.17 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina o plano de previdência complementar, administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência Complementar, que é classificada como um plano de contribuição definida, segundo os critérios do CPC 33. Adicionalmente, a Companhia também oferece benefícios pós-emprego de seguro-saúde, seguro de vida e benefícios calculados com base em uma política de benefícios que atribui uma determinada pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros, como definidos segundo o CPC 33.

Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao FGTS, também foram calculados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

2.18 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constituiu provisões para fazer face a desembolsos futuros

continua

* continuação



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.443.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

2.19 Políticas contábeis para reconhecimento de receita**2.19.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro**

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. Para contratos de investimento, se aplicável, a Companhia não reconhece os prêmios recebidos (ou pagos, para prêmios de resseguro) no resultado do exercício, utilizando o método de contabilidade de depósito aplicável para ativos e passivos financeiros. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

2.19.2 Receita de juros e dividendos recebidos

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre esses ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Companhia (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda) e (ii) 50% dos lucros acumulados da Companhia e das reservas de lucros.

2.21 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios referidos inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do exercício os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%. São constituídas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, cujo montante é transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, na realização ou baixa desses ativos.

Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros da Companhia. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos (como riscos especiais) e contratos de seguro com cobertura de vida. (vide nota 4.1).

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, o processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e *status* (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre esses casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a

constituição dessas provisões segundo o CPC 25.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

Conforme requerido pelo CPC, a Companhia aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nessa área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesse julgamento está incluído acesso do tipo de contrato, segmento econômico, localização geográfica do devedor, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para *impairment* sobre ativos financeiros.

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e a determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

(e) Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4. GESTÃO DE RISCOS ORIGINADOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONTRATOS DE SEGUROS**4.1 Gestão de risco de seguro**

A Companhia oferece seguros de automóvel (91% do prêmio total em dezembro de 2011) em todo o Brasil e patrimoniais (regiões Sul e Sudeste) para pessoas físicas e jurídicas.

A Companhia tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Companhia são e continuarão sendo: (i) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Companhia sejam utilizados de maneira consistente e apropriada; (ii) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios propostos pelos corretores; e (iii) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, sinistros e outras experiências estatísticas para que a Companhia possa selecionar e avaliar riscos de forma precisa, técnica e comercial.

A Companhia define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles nos quais a Companhia tem a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados pela comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Companhia entende que o principal risco assumido é o risco de que sinistros avisados e pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimadas, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior fosse o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que tenham *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição a qual a Companhia está exposta é minimizada em razão de a menor parcela dos riscos aceitos apresentarem importâncias seguradas elevadas. Dessa forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos sinistros observados e de insuficiência ou perdas na recuperação. Essas evidências podem ser comprovadas, em razão de os prêmios cedidos em resseguro representarem aproximadamente 1,40% dos prêmios de seguros auferidos, no exercício de 2010, e dos valores de sinistros recuperados de resseguro representarem 0,80% dos sinistros retidos brutos no mesmo período.

Além disso, as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados com a SUSEP, em conformidade com a legislação vigente.

Os fatores que agravam o risco de seguro incluem incapacidade na diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e tipo de segmento de negócios, fator relevante para os ramos de riscos especiais em que a Companhia opera. A estrutura de gestão de riscos de seguros da Companhia considera a similaridade dos riscos transferidos pelos diversos contratos e ramos em que a Companhia opera e a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com diversos riscos específicos, assim como histórico de negociação para gestão dos riscos. Os principais segmentos de gestão de riscos de seguros estão estruturados da seguinte forma:

- Automóveis particulares e comerciais
- Seguros patrimoniais (Residenciais e Empresariais)

O objetivo da subscrição de riscos da Companhia é desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A Companhia acredita que as técnicas de subscrição de riscos que emprega oferecem vantagem adicional na identificação e no entendimento do risco e na definição do preço de seguros de forma apropriada, particularmente no que diz respeito ao seguro de automóveis. As políticas de subscrição de riscos da Companhia são definidas centralizadamente pela matriz, por meio de seus departamentos técnicos. A unidade de cálculo de tarifas do departamento atuarial da Companhia analisa a adequação do prêmio e utiliza dados exclusivos coletados e analisados com relação a cada linha de negócio.

Consequentemente, diferentes preços são fixados para apólices de seguros patrimoniais, de acordo com as diversas variáveis aplicáveis a cada risco específico, como no caso de seguro de automóvel, fatores relativos ao automóvel (idade, fabricação, modelo, etc.) e outros fatores relacionados com o perfil do segurado. Essa metodologia se destina a manter a qualidade da subscrição de riscos e a disciplina de preços. A Companhia

presta atenção particular ao treinamento geral a funcionários, prestadores de serviços e corretores, seleção de riscos e contínuo monitoramento. Além disso, a Companhia monitora a qualidade dos negócios por parte dos corretores e dos escritórios regionais a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são inscritos pela Companhia após a revisão, entre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos automóveis e após consideração completa do histórico de reclamações, das condições físicas e do valor de reposição da propriedade.

O processo utilizado pela Administração para obter os resultados das análises de sensibilidade para o risco de seguro é efetuado semestralmente, nas datas de balanço e são utilizadas as seguintes premissas atuariais:

- Utilização como premissas de sinistralidade as expectativas de prêmio de risco calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.

- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

- Base de dados composta por informações referentes a um período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data-base de análise.

- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

4.1.1 Seguro de automóveis particulares e comerciais

A Companhia oferece seguro de automóvel para clientes pessoas físicas e jurídicas que usam o veículo de forma particular e/ou comercial. O seguro de automóvel fornece coberturas para um ou mais dos seguintes riscos: casco, responsabilidade civil e danos corporais resultantes do uso do automóvel.

Os segurados pagam franquia em caso de sinistro, exceto no caso de indenização integral. O valor da franquia varia de acordo com o tipo de veículo. As apólices de seguro de automóvel estão disponíveis para o prazo de 1 ano.

O seguro de automóvel de uso comercial oferece cobertura para automóveis utilizados em atividades comerciais, e fornece as mesmas opções de cobertura. O seguro de automóvel de uso comercial foi desenvolvido para proteger empresas contra perdas resultantes de perda parcial ou total por acidente, roubo ou furto do veículo, responsabilidade civil - facultativa, danos materiais e corporais a terceiros, acidentes pessoais a passageiros e cobertura de ampliação de casco para os países Argentina e Uruguai.

A Companhia oferece apólices de seguro de automóvel com tarifa baseada no perfil de risco dos usuários que atendam a determinados critérios seletivos de subscrição, baseados em fatores como idade, estado civil, sexo, hábitos de estacionamento e abrangência geográfica de uso do automóvel.

Como parte da política de gestão de risco de seguro, a Companhia instala componentes que reduzem significativamente a incidência de roubo ou furto dos automóveis segurados como: dispositivo rastreador de veículo, que é instalado por comodato de acordo com o prêmio de risco do seguro. A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de seguro nos principais localizações geográficas onde a Companhia opera, antes e após a transferência do risco de seguro por meio de contratos de resseguro:

Exposição máxima ao risco de seguro

	2011		2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Localidade				
São Paulo	16.052.376	16.052.376	11.866.923	11.866.923
Rio de Janeiro	3.991.364	3.991.364	3.254.142	3.254.142
Outras regiões	6.370.946	6.370.946	3.944.890	3.944.890
	26.414.686	26.414.686	19.065.955	19.065.955

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais consiste, em primeira instância, na identificação do risco que se pretende segurar, do objeto segurável, do valor máximo em risco e da disponibilidade de dados, necessários para fins de tarifação e subscrição. Após a etapa descrita acima, a Administração determina as premissas atuariais relevantes ao risco que se pretende segurar e à origem e referência dos dados que serão utilizados para fins de tarifação e subscrição. Dessa forma, para a carteira de automóveis a Administração assume além das descritas no item 4.1, as seguintes premissas atuariais:

Base de dados da Companhia para determinar os preços dos riscos seguráveis e os critérios de subscrição, não sendo necessária a utilização de base de dados de origem externa.

Seguem os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos dos efeitos tributários:

(i) Automóvel**Impacto no resultado e no patrimônio líquido**

	2011		2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas atuariais				
Aumento de 5% na frequência de sinistros	(11.780)	(11.744)	(17.471)	(17.447)
Aumento de 15% das despesas administrativas	(302)	(301)	(1.031)	(1.031)
Aumento de 15% das despesas com sinistros	(423)	(422)	(3.190)	(3.188)
Aumento de 10% do percentual de recuperação de salvados	2.923	2.913	1.912	1.912
Redução de 5% do percentual de recuperação de salvados e ressarcimentos	(1.581)	(1.575)	(4.164)	(4.162)

continua *



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e todas as políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados na qual é confirmado o perfil de risco dos segurados em agências de crédito para pessoas físicas e jurídicas

e o histórico de situações não usuais e pagamentos de prêmios de segurados recorrentes na renovação de contratos. Mediante essa abordagem, a gestão de risco de liquidez considera como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento desses recursos em conjunto com a política de gestão de capital.

dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a sociedade utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

O valor de mercado dos títulos públicos foi embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços e os títulos públicos referente à Seguradora Líder são valorizados pelo PU 550 do SELIC, divulgado diariamente pelo BACEN.

As quotas de fundos de investimentos foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

Os títulos privados são valorizados a mercado através da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos contidos nas carteiras.

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo (como instrumentos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado em preços cotados em mercado na data de balanço. O preço cotado usado para ativos financeiros mantido pela Companhia é o preço de negociação atual. Estes instrumentos são incluídos em nível 1.

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado aplicando técnicas de valorização. A Companhia aplica uma variedade de metodologias e premissas com base em condições de mercado vigentes na data de balanço.

A Companhia usa preços de mercado cotados para instrumentos similares a fim de estimar o valor justo para dívida de longo prazo para fins de divulgação. Outras técnicas, como fluxos de caixa estimados descontados, são aplicadas para determinar o valor justo de instrumentos financeiros remanescentes.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil

	2011			2010		
	AAA.br (Moody's)	AA	Sem Rating	AAA.br (Moody's)	AA	Sem Rating
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)		182.011	6.515	104.679	4.969	109.648
Ao valor justo através do resultado						
Ativos pré-fixados						
públicos		237.252		269.324		269.324
Ativos pós-fixados						
Públicos		69.040		189.748		189.748
Privados	83.885			8.396		8.396
Índices de inflação		115.788		8.085		8.085
Ações		339		1.291		1.291
Outros		121		9		9
Disponíveis para a venda						
Ativos pós-fixados						
Privados				29.461		29.461
Total de aplicações financeiras	83.885	422.540		468.457		506.314
Empréstimos e recebíveis						
Prêmios a receber de segurados			257.860			268.855
Ativos de resseguro			1.298			4.405
Exposição máxima ao risco de crédito	83.885	604.551	265.673	37.857	573.136	278.229

O programa e a política de resseguro somente consideram participantes de mercado e resseguradores com alta qualidade de crédito. Até a data-base de análise, o parceiro de resseguros era o IRB-Brasil Resseguros S.A. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

4.3 Gestão de risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP. A estratégia e o modelo utilizado pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Companhia por meio da otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia.

Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e pela SUSEP; (ii) apoiar ou melhorar o rating de crédito da Companhia através do tempo e estratégia de gestão de risco; e (iii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período de balanço, a Companhia não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

4.3.1 Capital adicional embasado no risco de subscrição das sociedades seguradoras

A SUSEP divulgou as Resoluções CNSP nºs 155 e 158 (alterada pela Circular SUSEP nº 411/2010), em 26 de dezembro de 2006, que instituíram as regras de alocação de capital de riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à possível insuficiência de capital para as seguradoras, com vigência a partir de janeiro de 2008.

Em dezembro de 2007, a SUSEP editou a Resolução nº 178, do CNSP, e a Circular SUSEP nº 355 revogando a Resolução nº 158, o que aumenta o prazo de adequação do capital mínimo de três para quatro anos.

Em 6 de dezembro de 2010 foi editada a Resolução CNSP nº 228 que instituiu o capital adicional baseado no risco de crédito.

Considerar-se-ão, para efeitos das Resoluções citadas, os conceitos a seguir:

• Capital Mínimo Requerido: montante de capital que uma seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir suas operações e que deve ser equivalente à soma do Capital Base com o Capital Adicional (Risco de subscrição e Risco de crédito).

• Capital Base: montante fixo de capital que uma sociedade seguradora deverá manter a qualquer tempo. O Capital Base para garantia das operações das seguradoras em todo País é de R\$ 15.000.

• Capital Adicional: montante variável de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à sua operação.

4.4 Resumo do relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito. Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. Em razão disto, a Administração promove sua revisão anual, bem como de suas políticas, ou em periodicidade inferior se eventos extraordinários ou conjunturas adversas assim o exigirem. O relatório completo descrevendo a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no sítio da Corporação Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/investimentos), em "Relatório de Gerenciamento de Risco".

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Caixa e bancos	6.515	4.969
(*) Equivalente de Caixa	182.011	104.679
	188.526	109.648

(*) Compreendem quotas de fundos com carteira de LFT e LTN compradas.

6. APLICAÇÕES

6.1 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O CPC 40 requer a divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo com base na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos.
• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em

6.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2011			2010		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Quotas de fundos de investimentos	55.598	—	55.598	32.626	—	32.626
Fundos retidos - IRB	129	—	129	128	—	128
	55.727	—	55.727	32.754	—	32.754
Fundos exclusivos						
Títulos de renda fixa						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	29.824	—	29.824	52.324	—	52.324
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	229.045	—	229.045	301.776	—	301.776
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	94.151	—	94.151	8.085	—	8.085
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C	5.247	—	5.247	—	—	—
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série F	8.207	—	8.207	72.227	—	72.227
Títulos privados	—	32.780	32.780	—	8.396	8.396
Títulos de renda variável	—	—	—	—	—	—
Ações de companhias abertas	339	—	339	1.291	—	1.291
	366.813	32.780	399.593	435.703	8.396	444.099
Carteira própria						
Títulos de renda fixa						
Títulos privados	—	51.105	51.105	—	—	—
	422.540	83.885	506.425	468.457	8.396	476.853

6.1.2 Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2011			2010		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira própria						
Títulos de renda fixa						
Títulos privados (*)	—	—	—	—	29.461	29.461
	—	—	—	—	29.461	29.461
Total	422.540	83.885	506.425	468.457	37.857	506.314
Carteira própria						
Circulante	422.540	83.885	506.425	468.457	8.396	476.853
Não circulante	—	—	—	—	29.461	29.461

(*) Para melhor refletir a intenção da administração, os títulos de renda fixa privados foram reclassificados de "títulos disponíveis para venda" para "ativos ao valor justo por meio do resultado".

6.1.3 Movimentação das aplicações financeiras (*)

	2011	2010
Saldo inicial	610.993	485.163
Aplicações	533.421	256.062
Resgates	(531.252)	(182.104)
Rendimento	75.274	51.872
Saldo final	688.436	610.993

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros disponíveis para a venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

7.1 Prêmios a receber

	2011			2010		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	194.565	—	194.565	219.323	—	219.323
Resp. Civil facultativa - RCF	60.099	—	60.099	45.919	—	45.919
Compreensivo empresarial	189	—	189	375	—	375
Compreensivo residencial	475	—	475	496	—	496
Vida em grupo	164	(164)	—	443	(140)	303
Resp. C. trans. rodov. carga	164	(164)	—	180	(180)	—
Resp. Civil desvio de carga	15	(15)	—	82	(82)	—
Demais ramos	2.939	(407)	2.532	2.861	(412)	2.449
	258.610	(750)	257.860	269.669	(814)	268.855

7.1.1 Composição quanto ao prazo de vencimento

	2011	2010
A vencer	247.557	260.921
Vencidos de 1 a 30 dias	9.881	7.483
Vencidos 31 a 60 dias	155	225
Vencidos 61 a 120 dias	154	159
Vencidos acima de 365 dias	863	881
	258.610	269.669
Redução ao valor recuperável	(750)	(814)
	257.860	268.855

Do número total de apólices emitidas em 2011, 74% foram parceladas em até 4 meses. (73% em 2010).

7.1.2 Movimentação

	2011	2010
A tabela a seguir apresenta a movimentação dos saldos da conta de prêmios a receber		
Saldo inicial	269.669	188.261
Emissões	1.337.000	1.213.496
Recebimentos	(1.284.927)	(1.080.753)
Cancelamentos	(63.132)	(51.335)
Saldo final	258.610	269.669

7.1.3 Redução ao valor recuperável

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de

continua *



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAISCNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2011	2010
Saldo inicial	(814)	(863)
Provisões	(62)	(34)
Reversão	126	83
Saldo final	(750)	(814)

As perdas para redução ao valor recuperável foram registradas na conta "outras despesas operacionais" no resultado do exercício. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação dos prêmios a receber.

7.2 Outros créditos operacionais

São representados, principalmente, por prêmios de serviços de assistência a vidros, faróis e lanternas e retrovisores.

8. Títulos e créditos a receber**8.1 Títulos e créditos a receber**

	2011	2010
Circulante		
Aluguéis a receber	330	210
Direito resultante na venda de imóveis	30	530
Outros	29	197
	<u>389</u>	<u>937</u>
Não circulante		
Créditos a receber	2.678	2.949
Provisão para riscos de créditos	(2.469)	(2.736)
	<u>209</u>	<u>213</u>

8.2 Créditos tributários e previdenciários**Impostos a recuperar**

	2011	2010
Circulante		
Antecipação imposto de renda	31.736	50.084
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	4.058	4.716
	<u>35.794</u>	<u>54.800</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	22.617	22.163
Outros (ii)	10.373	9.146
	<u>32.990</u>	<u>31.309</u>

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias que podem ser assim resumidas:

	2011	2010
Provisão para obrigações legais - COFINS (*)	2.136	2.136
Provisão para obrigações legais - PIS (*)	1.582	1.582
Provisão para obrigações legais - INSS (*)	5.087	4.838
Provisão para obrigações legais - Outras (**)	17.870	18.323
	<u>26.675</u>	<u>26.879</u>

(ii) Refere-se, principalmente, ao PIS e COFINS diferidos sobre os sinistros provisionados e não liquidados.

(*) Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor. A administração com base em suas projeções de resultado e entre outros fatores estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

(a) Provisão para obrigações legais: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões tributárias, cuja estimativa de realização depende do desfecho da ação.

(b) Provisão para riscos de crédito: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, após esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

(c) Provisão para passivos contingentes: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões trabalhistas, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

(**) Referem-se, principalmente, às provisões constituídas para riscos de crédito, processos trabalhistas e contingências cíveis.

8.2.1 Movimentação

	2011	2010
Saldo inicial	86.109	51.976
Constituições	33.341	61.423
Reversões	(50.666)	(27.290)
Saldo final	<u>68.784</u>	<u>86.109</u>

8.2.2 Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Lucro antes da despesa do IRPJ e da CSLL, líquido de participações	92.751	140.035
Alíquota vigente	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(37.100)	(56.014)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	294	204
Impostos sobre dividendos recebidos	6.400	4.320
Juros sobre capital próprio	(2.252)	(2.381)
Imposto sobre participação no resultado dos administradores	(991)	(1.541)
Outros	733	770
Incentivo Lei Rouanet	(32)	1.806
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias	(32.948)	(52.636)
Despesa contabilizada de IRPJ e CSLL	<u>(32.948)</u>	<u>(52.636)</u>

8.3 Depósitos judiciais e fiscais

	2011	2010
INSS - autônomos	29.280	28.958
COFINS	11.203	11.067
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	11.672	10.910
Programa de Integração Social - PIS	5.837	5.749
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.956	1.858
Outros depósitos fiscais	17.948	12.708
Trabalhistas	4.898	5.857
	<u>82.794</u>	<u>77.117</u>
Sinistros	644	2.546
	<u>83.438</u>	<u>79.663</u>

O detalhamento dos principais depósitos judiciais está descrito na Nota 20.

8.4 Outros créditos

	2011	2010
Circulante		
Adiantamentos a funcionários	364	414
Adiantamentos administrativos	4	6
	<u>368</u>	<u>420</u>
Não circulante		
CRMS - Consórcio p/regularização do mercado segurador	1.685	1.653
Provisão para riscos de créditos	(351)	(327)
	<u>1.334</u>	<u>1.326</u>

9. OUTROS VALORES E BENS

	2011	2010
Bens destinados à venda		
Salvados (9.1)	36.108	21.038
Outros valores	78	628
Almoxarifado	36.186	21.666

9.1 Bens a venda - salvados

Composição quanto aos prazos de permanência:

	2011	2010
Permanência até 30 dias	11.954	9.499
Permanência de 31 a 60 dias	9.361	4.861
Permanência de 61 a 120 dias	7.496	3.089
Permanência de 121 a 365 dias	5.560	2.517
Permanência a mais de 365 dias	1.737	1.072
	<u>36.108</u>	<u>21.038</u>

Os bens a venda-salvados da Companhia são compostos, principalmente, do ramo de automóveis.

10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

Os custos de aquisição diferidos referem-se à despesa de comercialização a diferir e apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Automóvel	94.581	90.446
Patrimonial	706	831
Outros	11	14
	<u>95.298</u>	<u>91.291</u>

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses. O DAC é considerado no teste de adequação dos passivos de seguros segundo o CPC 11 (vide política contábil 2.12.2).

10.1 Movimentação

	2011	2010
Saldo inicial	91.291	66.807
Reversão	(204.899)	(207.407)
Provisões	208.906	231.891
Saldo final	<u>95.298</u>	<u>91.291</u>

11. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias estão assim representadas (líquida de provisão para desvalorização):

13. IMOBILIZADO

	Saldo residual em dezembro de 2010	Movimentações					Saldo residual em dezembro de 2011	Taxas anuais de depreciação (%)
		Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/transferência	Custo		
Terrenos (i)	1.657	-	-	-	-	1.657	-	1,657
Edificações (ii)	6.669	101	-	(318)	7.649	14.774	(673)	14.101
Imóveis de uso	8.326	101	-	(318)	7.649	16.431	(673)	15.758
Informática	2.251	1.021	(5)	(1.166)	85	5.909	(3.723)	2.186
Equipamentos	412	201	(4)	(359)	1.195	2.181	(736)	1.445
Móveis máq. e utensílios	1.908	126	(1)	(295)	858	3.187	(591)	2.596
Veículos	82	61	(40)	(24)	-	138	(59)	79
Rastreadores	8.036	4.663	-	(6.550)	-	15.175	(9.026)	6.149
Bens móveis de uso	12.689	6.072	(50)	(8.394)	2.138	26.590	(14.135)	12.455
Obras em andamento	9.938	-	(111)	-	(9.827)	-	-	-
Outras imobilizações	819	101	(3)	(144)	-	1.487	(714)	773
Outras imobilizações	10.757	101	(114)	(144)	(9.827)	1.487	(714)	773
	<u>31.772</u>	<u>6.274</u>	<u>(164)</u>	<u>(8.856)</u>	<u>(40)</u>	<u>44.508</u>	<u>(15.522)</u>	<u>28.986</u>

(i) Este item não é depreciado.

(ii) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

O ativo imobilizado e ativo intangível com vida útil definida são avaliados quanto à evidência objetiva de perda a cada data de fechamento de exercício, decorrente de fatores internos ou externos ao negócio da Companhia, conforme premissas do CPC 01.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGC) da Companhia é determinado com base no cálculo do valor em uso. As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios onde a Administração identifica fluxos de caixa específicos segundo essa distribuição. A Companhia utiliza projeções de fluxo de caixa antes dos efeitos dos impostos estimadas com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração e utilizando um horizonte máximo de 05 anos para estas projeções. A Companhia não utiliza projeções de crescimento que excedam as taxas de crescimento dos negócios de seguros no Brasil e nos segmentos de atuação dos negócios. A Companhia não identificou evidências objetivas de *impairment* durante os testes executados em dezembro de 2011, e diante disso não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.**14. INTANGÍVEL**

	Saldo residual em dezembro de 2010	Aquisições/Adições	Despesa amortização	Custo	Amortização acumulada	Saldo Residual em dezembro de 2011	Taxas anuais amortização (%)
Softwares	220	49	(92)	740	(563)	177	20
Marcas e Patentes	380	-	-	380	-	380	-
	<u>600</u>	<u>49</u>	<u>(92)</u>	<u>1.120</u>	<u>(563)</u>	<u>557</u>	

continua *



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. CONTAS A PAGAR		2011		2010											
15.1 Obrigações a pagar - circulante															
Fornecedores (*)	516		4.548												
Participações nos lucros a pagar	10.066		12.095												
Dividendos a pagar	727		11.701												
Cheques emitidos e não compensados	3.039		5.112												
Serviços de assistência	10.590		9.626												
Outras obrigações a pagar	1.040		2.007												
	<u>25.978</u>		<u>45.089</u>												
(*) Refere-se principalmente a obras em andamento em 2010.															
15.2 Impostos e encargos sociais a recolher - circulante		2011		2010											
Imposto sobre operações financeiras - IOF	17.728		18.205												
Contribuições previdenciárias e contribuições para o FGTS	1.195		1.189												
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.062		896												
Imposto sobre serviços - ISS	752		788												
Outros impostos e encargos sociais	1.117		1.323												
	<u>21.854</u>		<u>22.401</u>												
15.3 Encargos trabalhistas		2011		2010											
Correspondem à provisão de férias e respectivos encargos sociais, no montante de R\$ 1.826 (2010 - R\$ 1.650).															
15.4 Impostos e contribuições - circulante		2011		2010											
IRPJ	19.363		34.479												
CSLL	11.372		20.255												
PIS	280		297												
COFINS	1.721		1.828												
Outros impostos	3		69												
	<u>32.739</u>		<u>56.928</u>												
15.5 Outras contas a pagar		2011		2010											
Referem-se a cheques emitidos ainda não compensados.															
15.6 Tributos diferidos		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
Natureza															
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização futura da reserva de reavaliação	3.343		2.805												
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos (*)	3.653		2.548												
	<u>6.996</u>		<u>5.353</u>												
(*) Refere-se, principalmente, ao IRPJ e CSLL diferidos referente ao PIS e COFINS diferidos sobre os sinistros provisionados e não liquidados.															
15.6.1 Movimentação		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
Saldo inicial	5.353		2.625												
Constituições	2.350		2.872												
Reversões	(707)		(144)												
Saldo final	<u>6.996</u>		<u>5.353</u>												
16. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		2011		2010											
16.1 Corretores de seguros e resseguros		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de tributos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.															
17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimento de prêmios de seguros fracionados em processamento. A tabela a seguir demonstra o prazo em que os valores permanecem nessas contas:															
	De 01 a 30 dias	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total										
Cobrança antecipada de prêmios	204	50	65	91	410										
Prêmios e emolumentos recebidos	2.888	-	-	-	2.888										
	<u>3.092</u>	<u>50</u>	<u>65</u>	<u>91</u>	<u>3.298</u>										
	De 01 a 30 dias	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total										
Cobrança antecipada de prêmios	322	47	79	223	671										
Prêmios e emolumentos recebidos	3.732	-	-	-	3.732										
	<u>4.054</u>	<u>47</u>	<u>79</u>	<u>223</u>	<u>4.403</u>										
18. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGURO		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro											
Danos (18.1)	724.339	722.901	666.903	662.514											
Pessoas (18.2)	4.380	4.380	4.348	4.348											
Total	<u>728.719</u>	<u>727.281</u>	<u>671.251</u>	<u>666.862</u>											
18.1 Danos		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro											
Provisão de prêmios não ganhos	528.858	528.815	512.755	512.702											
Sinistros e benefícios a liquidar	171.341	169.993	143.210	138.875											
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	22.008	21.961	7.667	7.667											
Outras Provisões	2.132	2.132	3.271	3.270											
Total	<u>724.339</u>	<u>722.901</u>	<u>666.903</u>	<u>662.514</u>											
18.2 Pessoas		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro											
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	42	42											
Sinistros e benefícios a liquidar	4.200	4.200	4.276	4.276											
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	180	180	30	30											
Total	<u>4.380</u>	<u>4.380</u>	<u>4.348</u>	<u>4.348</u>											
18.3 Garantia das provisões técnicas		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:															
Danos	724.339	666.903	666.903	666.903											
Pessoas	4.380	4.348	4.348	4.348											
Total das provisões técnicas	<u>728.719</u>	<u>671.251</u>	<u>671.251</u>	<u>671.251</u>											
(-) Operações com resseguradoras	(1.438)	(4.389)	(1.438)	(4.389)											
(-) Fundos e reservas retidos pelo IRB	(129)	(127)	(129)	(127)											
(-) Direitos creditórios (*)	(206.055)	(216.606)	(206.055)	(216.606)											
(-) Depósitos judiciais	(644)	(2.547)	(644)	(2.547)											
Montante a ser garantido	<u>520.453</u>	<u>447.582</u>	<u>520.453</u>	<u>447.582</u>											
Certificados de depósitos bancários - CDBs	47.292	29.461	47.292	29.461											
Quotas de fundos de investimento	637.203	581.405	637.203	581.405											
DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial	3.812	-	3.812	-											
Garantias das provisões técnicas	<u>688.307</u>	<u>610.866</u>	<u>688.307</u>	<u>610.866</u>											
(*) Montante correspondente às parcelas a vencer componentes dos prêmios a receber e de apólices de riscos a decorrer.															
18.4 Movimentação de saldos patrimoniais de contratos de seguro e resseguro		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro:															
	Passivo de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros													
Saldo em 31 de dezembro de 2009	518.054	65													
Novos contratos emitidos e sinistros avisados	1.402.139	4.143													
Riscos expirados	(709.705)	(2.909)													
Pagamentos e recebimentos	(539.237)	(823)													
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>671.251</u>	<u>476</u>													
Novos contratos emitidos e sinistros avisados	815.377	1.861													
Riscos expirados	(424.041)	(1.635)													
Pagamentos e recebimentos	(353.928)	(237)													
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>708.659</u>	<u>465</u>													
18.5 Desenvolvimento de provisões		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros da Companhia, denominada de tábua de desenvolvimento de sinistros:															
	2006	2007	2008	2009	2010	2011									
Provisões para sinistros no fim do exercício anterior	77.8	88.5	101.1	116.7	88.4	121.6									
Sinistros avisados	155.8	218.7	336.5	422.9	572.9	766.7									
Exercício atual	148.6	212.0	333.5	405.8	551.3	751.8									
Exercícios anteriores	7.2	6.7	3.0	17.1	21.6	14.9									
Pagamentos	145.1	206.1	320.9	451.2	539.7	729.6									
Exercício atual	122.9	180.6	284.4	387.9	478.9	637.2									
Exercícios anteriores	22.2	25.5	36.5	63.3	60.8	92.4									
Provisões para sinistros no fim do exercício	<u>88.5</u>	<u>101.1</u>	<u>116.7</u>	<u>88.4</u>	<u>121.6</u>	<u>158.7</u>									
Provisões para sinistros no fim do exercício anterior	74.8	84.9	97.5	114.2	83.9	116.8									
Sinistros avisados	153.9	218.7	337.5	421.0	569.6	758.2									
Exercício atual	146.7	211.6	334.6	404.0	548.2	754.0									
Exercícios anteriores	7.2	7.1	2.9	17.0	21.4	4.2									
Pagamentos	143.8	206.1	320.8	451.3	536.7	716.4									
Exercício atual	122.6	180.7	284.4	387.9	476.5	624.4									
Exercícios anteriores	21.2	25.4	36.4	63.4	60.2	92.0									
Provisões para sinistros no fim do exercício	<u>84.9</u>	<u>97.5</u>	<u>114.2</u>	<u>83.9</u>	<u>116.8</u>	<u>158.6</u>									
(i) Não inclui DPVAT e retrocessão.															
A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. A linha "sobra (falta) cumulativa" reflete a diferença entre o último valor da provisão reestimada e o valor da provisão estabelecida originalmente. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia.															
Provisões e Pagamentos - Bruto de resseguro (em milhões de reais)		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011	
Provisões para sinistros	74.8	84.9	97.5	114.2	83.9	116.8	158.6								
Valor cumulativo e pago até															
Um ano mais tarde	22.3	30.0	36.5	63.4	60.8	92.4	-								
Dois anos mais tarde	27.1	34.9	40.7	67.8	68.8	-	-								
Três anos mais tarde	31.0	38.1	43.8	74.4	-	-	-								
Quatro anos mais tarde	33.8	40.8	49.2	-	-	-	-								
Cinco anos mais tarde	36.0	45.8	-	-	-	-	-								
Seis anos mais tarde	40.9	-	-	-	-	-	-								
Provisões re-estimadas															
Um ano mais tarde	33.3	33.6	25.1	26.0	31.5	28.9	-								
Dois anos mais tarde	30.0	21.7	23.0	25.3	24.4	-	-								
Três anos mais tarde	19.8	20.3	21.6	19.4	-	-	-								
Quatro anos mais tarde	18.7	18.6	16.1	-	-	-	-								
Cinco anos mais tarde	17.1	14.0	-	-	-	-	-								
Seis anos mais tarde	12.5	-	-	-	-	-	-								
Sobra (falta) cumulativa	<u>21.4</u>	<u>25.1</u>	<u>32.3</u>	<u>20.3</u>	<u>(9.3)</u>	<u>(4.1)</u>	<u>158.6</u>								
18.6 Sinistros judiciais		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:															
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro											
Saldo inicial	36.059	32.530	30.880	26.813											
Total pago no período	(2.730)	(2.358)	(2.615)	(2.062)											
Novas constituições no período	13.289	13.289	12.880	12.454											
Baixas da provisão por êxito	(3.470)	(1.462)	(596)	(596)											
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(12.634)	(12.448)	(4.655)	(4.227)											
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	164	108	165	148											
Saldo final (i)	<u>30.678</u>	<u>29.659</u>	<u>36.059</u>	<u>32.530</u>											
Quantidade de processos (unidades)	1.370	1.370	1.240	1.240											
(i) Não incluem saldos de DPVAT.															
18.7 Prazo médio pendente de pagamento		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
A tabela a seguir demonstra o prazo médio de pagamento dos processos judiciais decorrentes de sinistros:															
Até 30 dias	-	-	-	2											
De 61 a 120 dias	-	-	31	14											
De 121 a 180 dias	-	-	141	91											
De 181 a 365 dias	-	-	1.336	1.454											
Acima de 365	-	-	28.151	30.969											
	-	-	<u>29.659</u>	<u>32.530</u>											
19. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
De acordo com a Lei Complementar nº 109/01, as seguradoras não podem operar com previdência complementar, devendo constituir uma sociedade independente. No primeiro semestre de 2003, a Companhia transferiu parte de sua carteira para outras entidades no mercado. Para o montante referente ao "Plano Auxiliar Previdência", comercializado anteriormente pela Auxiliar Seguradora S.A. (empresa incorporada com denominação de Rio Branco Seguradora S.A.), a Companhia mantém na rubrica "Provisão de benefícios a regularizar" a parcela referente aos participantes que ainda não se pronunciaram com relação ao resgate total do citado plano de previdência, após a publicação de convocação em jornal de grande circulação.															
20. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS		Dezembro de 2011		Dezembro de 2010											
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:															
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011								
Obrigações fiscais (a)						66.949	64.580								
Contingências trabalhistas (b)						6.497	8.143								
Contingências cíveis (c)						9.441	8.568								
Total						<u>82.887</u>	<u>81.291</u>								
(i) As movimentações das provisões são como seguem:															
	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010												



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Av. Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) O detalhamento das provisões judiciais por probabilidade de perda, em 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

	Obrigações fiscais		Provisões trabalhistas		Provisões cíveis	
	Valor envolvido	Valor provisionado	Valor envolvido	Valor provisionado	Valor envolvido	Valor provisionado
Perdas prováveis	2.210	2.210	6.497	6.497	9.441	9.441
Perdas possíveis	59.588	59.588	96	-	3.593	-
Perdas Remotas	5.151	5.151	354	-	572	-
	66.949	66.949	6.947	6.497	13.606	9.441

(a) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Composição por natureza

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
COFINS	11.203	11.067
PIS	6.654	6.601
CSLL	4.453	4.418
INSS - Autônomos	27.668	26.876
Compensação Prejuízo Fiscal base IR	1.956	1.858
Contribuição social - diferença de alíquota de 9% para 15%	8.053	7.342
Outras	6.962	6.418
Total de contingências fiscais	66.949	64.580

COFINS
Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, à partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceitua faturamento como equivalente à receita bruta.

PIS
A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais - EC nº 01/94, 10/96 e 17/97 e da Lei nº 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional.

Instituto Nacional da Previdência Social - INSS autônomos
A Companhia discute judicialmente os valores relativos à contribuição previdenciária, requerendo a suspensão da exigibilidade da referida contribuição incidente sobre as remunerações dos autônomos, empresários e avulsos, nos termos da Lei nº 9.876/99, por entender ser indevido o adicional de 2,5% exigido somente para as instituições financeiras e seguradoras. Com o advento da Lei nº 11.941/2009, em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento com os benefícios previstos no programa, em relação à tese do recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre os valores pagos aos corretores de seguros, prosseguindo-se a discussão em relação ao adicional de 2,5%.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (dedutibilidade da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ)
A incorporada Motor Union questiona a legalidade e a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, que proibiu a dedução da despesa da CSLL para a formação da base de cálculo do IRPJ.

CSLL - diferença de alíquota de 9% para 15%
A Companhia questiona a legalidade e a constitucionalidade da Medida Provisória nº 413/08, que majorou a alíquota da contribuição social das instituições financeiras e seguradoras de 9% para 15%. Com o advento da Lei nº 11.941/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos, em novembro de 2009, e atualmente, aguarda o levantamento de parte dos depósitos judiciais, com os benefícios previstos no programa.

CSLL (diferencial de alíquota)
A Companhia propôs ação visando discutir o direito de calcular a CSLL com base na alíquota prevista no "caput" do artigo 19 da Lei nº 9.249/95, e não sobre a alíquota imposta pela Emenda Constitucional nº 10/96.

CSLL
A sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A sociedade recorreu e obteve decisão reconhecendo a decadência em relação aos anos de 1992, 1993 e 1994 e extinguindo a multa isolada incidente no ano-calendário de 1997.

(b) Contingências trabalhistas
A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista, e os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras e descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes no montante de R\$ 450 para os quais, com base na avaliação dos advogados (perda possível), não há constituição de provisão.

(c) Contingências cíveis
A Companhia é parte em processos de natureza cível, cujas causas dos pedidos nelas formulados não possuem lastro em contrato vigente entre a Companhia e o Autor da ação, onde não existe relação contratual entre as partes que constitua obrigação contratual para a Seguradora. Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, não registrados contabilmente, no montante em riscos de R\$ 4.165 para os quais, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos as perdas são consideradas possíveis, não há constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2011 o capital social de R\$ 150.000 é representado por 17.990.140 ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal.
(b) Reservas
(i) Reserva de reavaliação
Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no montante de R\$ 97 (2010 - R\$94). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.
(ii) Reserva legal
A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.
(iii) Reserva estatutária
A Reserva para Manutenção de Participações Societárias tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social e a participação da companhia em suas controladas e coligadas, evitando a descapitalização

resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa Reserva, em cada exercício, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado à Reserva de Lucros a Realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/76.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre o capital próprio - JCP é inserido como parte do dividendo obrigatório.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões da Diretoria realizadas em 26 de outubro e 23 de dezembro de 2011, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 16.000 (2010 - R\$ 10.800), líquidos de imposto de renda. O JCP imputa-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	59.803	87.199
(-) Reserva legal - 5%	2.990	4.360
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	384	-
(+) Realização da reserva de reavaliação	96	94
Lucro básico para determinação do dividendo	56.525	82.933
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	14.131	20.733
Juros sobre o capital próprio propostos (líquido do IR)	13.600	9.180 (i)
Dividendos propostos	531	11.553
	14.131	20.733

(i) Em 31 de outubro e 29 de dezembro de 2011 foram creditados aos acionistas JCP no montante de R\$ 13.600 (2010 - R\$ 9.180), líquido de imposto de renda.

(d) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - PLA e Margem de Solvência

	2011	2010
Patrimônio líquido	319.950	277.553
Participação em sociedades não financeiras	(744)	(373)
Despesas antecipadas	(726)	(559)
Ativos intangíveis	(557)	(380)
Patrimônio líquido ajustado	317.923	276.241
Capital base	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição considerando a existência de modelo interno	244.938	232.623
Capital adicional de risco de crédito	51.177	-
Capital mínimo requerido	289.133	247.623
Patrimônio líquido ajustado	317.923	276.241
(-) Capital mínimo requerido	5.582	247.623
Suficiência considerando o capital mínimo requerido	29.790	28.618
0,20 do prêmio retido - últimos 12 meses (A)	213.917	198.105
0,33 do sinistro retido - média últimos 36 meses (B)	207.795	157.152
Margem de solvência (valor de A ou B = o maior)	213.917	198.105
Suficiência considerando a margem de solvência	104.006	78.136

22. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS
As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	2011		2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(21.405)	(21.405)	(123.155)	(123.155)
Riscos vigentes não emitidos	5.344	5.344	(6.948)	(6.948)
Outras provisões	1.122	1.122	(172)	(172)
	(14.939)	(14.939)	(130.275)	(130.275)

23. PRÊMIOS GANHOS
Os valores dos prêmios ganhos nos principais ramos de atuação estão assim compostos:

	2011	2010
Automóveis	787.149	644.584
Resp. civil facultativa	172.625	161.395
Compreensivo empresarial	2.318	1.640
DPVAT	44.150	40.243
Vida em grupo	1.539	3.382
Compreensivo residencial	2.619	2.308
Compreensivo condomínio	17	148
Demais ramos	44.230	7.981
	1.054.647	861.681

24. SINISTROS OCORRIDOS

	2011		2010	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Automóveis	646.112	82,1	460.256	71,4
Resp. civil facultativa	132.607	76,8	100.349	62,2
Compreensivo empresarial	316	13,6	595	36,3
DPVAT	38.416	87,0	34.979	86,9
Vida em grupo	1.509	98,1	2.228	65,9
Compreensivo residencial	631	24,1	573	24,8
Compreensivo condomínio	41	241,2	251	169,6
Demais ramos	635	1,4	30	0,4
	820.267	77,8	599.261	69,5

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

A amortização dos custos de aquisição diferidos (DAC) é demonstrada a seguir:

	2011		2010	
	Custos de aquisição	Índice de comissionamento	Custos de aquisição	Índice de comissionamento
Automóveis	168.488	21,4	137.884	21,4
Resp. civil facultativa	32.445	18,8	29.388	18,2
Compreensivo empresarial	584	25,2	775	47,3
DPVAT	643	1,5	574	1,4
Vida em grupo	450	29,2	949	28,1
Compreensivo residencial	1.113	42,5	978	42,4
Compreensivo condomínio	3	17,6	47	31,8
Demais ramos	8.980	20,3	2.120	26,6
	212.706	20,2	172.715	20,0

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Consórcio DPVAT	2.843	2.650
Custo de serviços	43.322	28.324
Outras	1.453	1.914
Total de outras receitas	47.618	32.888
Despesas com cobrança	(3.998)	(2.924)
Comissão sobre custo de apólices	(19.268)	(10.405)
Despesas administração apólices	(8.496)	(5.504)
Encargos sociais de operações com seguros	(4.912)	(4.506)
Prevenção de riscos	(20.607)	(16.177)
Convênio DPVAT	(2.570)	(2.474)
Contingências cíveis	(2.318)	(2.987)
Remuneração sobre cobrança assistência	(11.679)	(9.696)
Outras	(6.089)	(7.831)
Total de outras despesas	(79.937)	(62.504)
Outras receitas e despesas operacionais	(32.319)	(29.616)

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Pessoal	(29.153)	(30.257)
Serviços de terceiros	(4.787)	(4.072)
Localização e funcionamento	(39.281)	(25.155)
Convênio DPVAT	(2.934)	(2.626)
Outras	(5.852)	(5.064)
	(82.007)	(67.174)

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	2011	2010
COFINS	(19.667)	(13.335)
PIS	(3.196)	(1.149)
Taxa de fiscalização	(2.263)	(1.855)
Outros	(263)	(852)
	(25.409)	(17.191)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	2011	2010
Ganhos líquidos de variação de valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	75.274	48.270
Receita de juros de:	-	-
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	3.102
Fracionamento de prêmios de operações de seguros	47.162	42.977
Variações monetárias dos depósitos judiciais	2.513	1.564
Outras	4.732	4.690
Total de receitas financeiras	129.681	100.603
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(1.611)	(1.212)
Operações de seguro	(4.852)	(2.848)
Variação monetária contingência cível	(180)	(97)
Outras	(658)	(1.058)
Total de despesas financeiras	(7.301)	(5.215)
Resultado financeiro	122.380	95.388

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Plano de previdência complementar
Em maio de 2007, a Companhia implantou um plano de previdência complementar para os empregados, na modalidade de contribuição definida, e administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência Complementar, entidade aberta de previdência complementar.

Nos termos do regulamento desse plano, os principais recursos são representados por contribuições de sua patrocinadora e participantes, bem como pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 2% e 8% do salário de cada participante e a contribuição da patrocinadora corresponde a 2% do salário fixo do participante.

Em 31 de dezembro de 2011, a patrocinadora contava com 139 (2010 - 136) participantes ativos, que efetuaram contribuições no total de R\$ 194 (2010 - R\$ 305).

(b) Benefício pós-emprego
A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	2011	2010
Saldo inicial	1.069	-
Custo do serviço corrente	362	1.069
Benefícios pagos	(13)	-
Saldo final	1.418	1.069

Os valores de benefícios pós emprego reconhecidos na demonstração do resultado em 2011 foi de R\$ 283.

As principais premissas atuariais usadas em 2011 e 2010 foram as seguintes:

Taxa de desconto	10,00%
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,00%
Aumentos salariais futuros	7,64%
Aumento dos custos médicos	8,68%
Taxa de inflação de longo prazo	4,50%
Taxa de variação anual da TR	4,55%
Capital segurado de vida (em reais)	29

continua *



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 30 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Outros benefícios		2011	2010
Vale-alimentação e refeição		3.941	3.559
Assistência médica		1.947	2.318
Vale transporte		494	410
Instrução		344	359
Auxílio-creche		178	177
Planos de previdência privada		164	91
Seguros		402	381
Outros		242	201
		7.712	7.496

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		2011	2010
As operações comerciais entre a Companhia e as empresas do Conglomerado Porto Seguro são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são decorrentes, principalmente, de repasses de custos administrativos com localização e funcionamento.			
(i) Passivo			
Passivo			
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais		8.319	4.816
		8.319	4.816
(ii) Resultado			
		2011	2010
	Despesas	Total	Despesas
			Total
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	81.495	81.495	48.193
	81.495	81.495	48.193
(iii) Remuneração do pessoal-chave da administração			
Transações com pessoal-chave da administração, remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:			
		2011	2010
Honorários de diretoria e encargos		1.344	1.243
Participação nos lucros - administradores		6.645	9.557
		7.989	10.800

32. OUTRAS INFORMAÇÕES	
(a) Cobertura de seguros	
A Companhia adota uma política de seguros que abrange, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em valores, é assim demonstrada:	
Itens	Importância segurada
Quaisquer danos materiais a edificações,	
Edifícios instalações e máquinas e equipamentos	36.684
Veículos Responsabilidade civil facultativa	3.600

(b) Comitê de auditoria	
O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do conglomerado Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o conglomerado.	
(c) Composição acionária	
Azul Companhia de Seguros Gerais	Ações %
Porto Seguro S.A.	17.937.915 99,71
Outros	52.225 0,29
Total	17.990.140 100,00
Porto Seguro S.A.	Ações %
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	228.941.889 70,52
Ações em Tesouraria	2.972.600 0,92
Outros	95.727.241 29,48
Total	324.669.130 100,00
Porto Seguro Itaú Unibanco Particip. S.A.	Ações %
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	94.021.035 41,07
Itaúseg Participações S.A.	52.808.247 23,07
Itaú Unibanco S.A.	43.651.038 19,07
Rosag Emp. e Participações S.A.	36.169.531 15,80
Outros	2.292.038 1,00
Total	228.941.889 100,00
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Ações %
Jayme Brasil Garfinkel	18.285.875 26,41
Cleusa Campos Garfinkel	16.986.764 24,53
Ana Luiza Campos Garfinkel	16.986.764 24,53
Bruno Campos Garfinkel	16.986.764 24,53
Total	69.246.167 100,00
Itaúseg Participações S.A.	Ações %
Banco Itaúcard S.A.	1.582.676.639 31,21
Itaú Unibanco S.A.	2.935.672.311 57,85
Banco Itaú BBA S.A.	554.902.067 10,94
Total	5.071.251.017 100,00
Banco Itaúcard S.A.	Ações %
Itaú Unibanco S.A.	230.652.688.217 96,47
Itaú Unibanco Holding S.A.	4.870.366.775 2,04
Outras	3.569.521.291 1,49
Total	239.092.576.283 100,00
Itaú Unibanco S.A.	Ações %
Itaú Unibanco Holding S.A.	4.095.427.813 100,00
Total	4.095.427.813 100,00
Banco Itaú BBA S.A.	Ações %
Itaú Unibanco Holding S.A.	10.569.042 100,00
Outras	11 0,00
Total	10.569.053 100,00

Rosag Emp. e Participações S.A.		Ações %
Jayme Brasil Garfinkel	2.960.173	100,00
Outras	10	0,00
Total	2.960.183	100,00
Itaú Unibanco Holding S.A.		Ações %
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	1.167.536.100	25,54
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	885.220.000	19,37
Outros	2.518.180.000	55,09
Total	4.570.936.100	100,00
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.		Ações %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	706.169.365	66,53
Cia. E. Johnston de Participações	355.227.092	33,47
Total	1.061.396.457	100,00
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.		Ações %
Alfredo Eglydio Arruda Villela Filho	319.356.780	7,23
Ana Lucia de Mattos Barretto Villela	319.386.676	7,23
Maria de Lourdes Eglydio Villela	216.598.148	4,91
Fundação Itaú Social	195.375.652	4,42
Fundação Petrobrás Seg. Social - PETROS	239.369.244	5,42
Outros	3.125.395.089	70,78
Total	4.415.461.599	100,00
Cia. E. Johnston de Participações		Ações %
Fernando Roberto Moreira Salles	1.200	25,00
João Moreira Salles	1.200	25,00
Pedro Moreira Salles	1.200	25,00
Walther Moreira Salles	1.200	25,00
Total	4.800	100,00

DIRETORIA			
JAYME BRASIL GARFINKEL Diretor Presidente	FÁBIO LUCHETTI Diretor Vice-Presidente Executivo	MANOEL SABINO NETO Diretor Vice-Presidente	SIDNEY MAURY SENTOMA Diretor Administrativo e Financeiro
	LUIZ ALBERTO POMAROLE Diretor Vice-Presidente	ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Geral	FÁBIO OHARA MORITA Diretor Técnico
			LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Jurídico
KARINA MIYUKI HONMA NITA - Atuária MIBA nº 1086		JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR - Contador CRC RJ 068029/O-9	

PARECER ATUARIAL	
Aos Acionistas e Administradores da Azul Companhia de Seguros Gerais: (1) Realizamos a Avaliação Atuarial do exercício de 2011, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004, para os Seguros de Danos e Vida em Grupo da Azul Companhia de Seguros Gerais. (2) Nossos trabalhos foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e compreenderam avaliar a capacidade da Companhia em cumprir os compromissos assumidos, passados e futuros, com os segurados. Desta forma, verificamos as Provisões Técnicas constituídas,	bem como as movimentações na carteira durante o ano de 2011, considerando o regime de competência atuarial, tendo sido identificadas movimentações significativas na base de clientes dos produtos Compreensivo Condomínio e Vida em Grupo. As metodologias utilizadas foram avaliadas por meio de testes de consistência. (3) Assim, a Avaliação Atuarial, referida no parágrafo (1), mostrou que as provisões técnicas apresentam-se adequadas em todos os aspectos relevantes às práticas atuariais aplicáveis, não sendo necessária constituição de Provisão de Insuficiência de Prêmios. A solvência da
	Companhia foi ainda validada pelos resultados dos Testes de Adequação de Passivos (TAP) realizados conforme o disposto na Circular SUSEP nº 410/2010. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2012
	Karina Miyuki Honma Nita Atuária MIBA nº 1086
	Fábio Ohara Morita Diretor Técnico

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	
Aos Administradores e Acionistas Azul Companhia de Seguros Gerais Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter	segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
	Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Informação suplementar - demonstração do valor adicionado Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2012
	pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ
	Maria Salete Garcia Pinheiro Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Id: 1265989

Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

0800-2844675

Telefone: **0800-2844675**